



Assembleia Municipal de Lagoa – Açores

**ACTA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE LAGOA – AÇORES, DE 6 DE JULHO DE 2011**

ACTA Nº 03/2011

Aos seis dias do mês de Julho do ano de dois mil e onze, pelas vinte horas e trinta minutos, teve início a sessão ordinária da Assembleia Municipal do Concelho de Lagoa - Açores, no Auditório dos Paços do Concelho, sob a Presidência do Senhor João Manuel Moniz de Sousa, do Primeiro Secretário da Mesa Susana Maria Goulart Pereira da Costa e do Segundo - Secretário Anabela da Silva Calisto.

A sessão iniciou-se com a apresentação pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal que cumprimentou e desejou boas-vindas a todos os Membros da Assembleia, bem como ao Senhor Presidente da Câmara e Vereação. Procedeu de seguida à verificação da presença dos seguintes membros: João Manuel Moniz de Sousa; Susana Maria Goulart Pereira da Costa; Olga Maria Rodrigues Borges Soares; Eduíno Manuel da Ponte Rego; Gilberto Gouveia Branquinho; Cláudia Maria Medeiros Galego; Natália de Medeiros; Jorge Alberto Barbosa Almeida; Paulo Jorge Soares de Amaral Borges; André Carvalho Almeida; Filomena de Jesus Costa Oliveira Carneiro; Maria do Rosário Andrea Mirante Afonso; Rosa Maria Cabral Borges; Norberto Carlos Cordeiro Ponte; Roberto Manuel Sousa Oliveira; Roberto Manuel Pereira de Sousa; António Augusto da Ponte Borges; Durval Carlos Simas Faria; Anabela da Silva Calisto e Albertina Maria da Costa Oliveira.

Não compareceram à sessão os membros: Vasco Manuel Verdasca da Silva Garcia; Leonel da Rosa da Silveira; Francisco Manuel Mendonça Vieira; Rodolfo Martins Marques da Silva; Pedro Miguel da Silva Monteiro e Fernanda do Carmo Furtado Jesus Rocha Costa.

Em representação do executivo Camarário tomou parte na sessão o Presidente da Câmara Municipal João António Ferreira Ponte que se fez acompanhar pelos Vereadores: Fernando Jorge Ventura Moniz; Marco Paulo da Silva Teixeira; José Fernando Medeiros Costa e Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado.

Estiveram presentes os cidadãos José Fernando Carneiro Sousa e Jorge Amaral Borges, moradores na freguesia de Nossa Senhora do Rosário, que assistiram à sessão e usaram da palavra, no período de intervenção aberto ao público.

O Senhor Presidente da Assembleia referiu que atendendo a que foi enviada cópia da acta aos membros representativos dos Partidos neste Órgão Deliberativo, que fosse dispensada a leitura da acta, o que foi aceite, por unanimidade.

De seguida o Senhor Presidente da Assembleia colocou à aprovação de todos os membros a acta da segunda sessão ordinária, do dia 14 de Abril de 2011.

A acta foi aprovada, por unanimidade, dos vinte membros presentes no plenário.

Procedeu depois, o Senhor Presidente da Assembleia, à exposição da correspondência recebida no período de 15 de Abril a 6 de Julho de 2011 que se encontrou à disposição para consulta.

Pelos membros: Vasco Manuel Verdasca da Silva Garcia; Leonel da Rosa da Silveira; Francisco Manuel Mendonça Vieira; Rodolfo Martins Marques da Silva; Pedro Miguel da Silva Monteiro e Fernanda do Carmo Furtado Jesus Rocha Costa, foram recebidas comunicações, solicitando justificação da falta à sessão ordinária de 6 de Julho de 2011.

A Mesa considerou justificadas as faltas.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

ASSUNTOS DIVERSOS:

O membro Roberto Oliveira deu as boas noites a todos os presentes e expôs o seguinte:

- Não gostou de ouvir falar que o Senhor Presidente da Câmara Municipal atentou contra a democracia aquando das últimas eleições. Não está aqui a defender o seu partido, está a constatar o que se passou. Sabe que a culpa não esteve toda do lado do Senhor Presidente da Câmara, estava em causa apenas a assinatura de três credenciais e foi preciso o Tribunal obrigar o Senhor Presidente da Câmara a assinar as ditas credenciais. Em sua opinião, são situações que devem ser analisadas com alguma atenção, porque todos os partidos antes das eleições não têm tamanho e recomendou que em próximos actos eleitorais estas situações sejam rectificadas.

- Sobre as obras no Convento dos Frades, deu os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e referiu que não lhe dá um voto de louvor pelo efeito porque há pessoas mais abalizadas e acha que fez aquilo que estava no âmbito das suas funções. Acrescentou que aquela obra da maneira que foi executada e pelos valores que o Senhor Presidente da Câmara anunciou, entende que até pode servir de exemplo para outras empreitadas que são necessárias no Concelho, nomeadamente, na orla marítima nas freguesias do Rosário e Santa Cruz. Mais referiu que a obra do Convento dos Frades foi uma obra que contribui para que a Ilha de S. Miguel ficasse mais rica e o Concelho de Lagoa e há uma geração de Lagoenses que ali estudaram que muito se orgulham daquela obra.

- Também não gostou de ouvir pela imprensa que o Gabinete da Presidência vai ser instalado no Convento dos Frades. Disse que não tem nada contra a transferência do Gabinete da Presidência para o Convento dos Frades nem se opõe a tal, só que, em sua opinião, vai ser uma marca histórica e até de alguma importância. Perguntou se doravante a Presidência da Câmara Municipal vai ser no Convento dos Frades e aonde vão ser os Paços do Concelho. Passando a funcionar o Gabinete da Presidência, no Convento dos Frades automaticamente a Presidência da Câmara Municipal passa a ser naquele Convento e julga que é uma decisão que pela importância que vai ter e de marca histórica que vai ser, devia ser primeiro comunicado a esta Assembleia Municipal. Destacou que este foi um assunto que mereceu um reparo e não podia de deixar de transmitir a sua opinião.

O membro Roberto Oliveira solicitou ainda as seguintes informações:

- Qual o ponto de situação do processo das casas da Rua de São José, na freguesia da Ribeira Chã.
- Qual o montante do orçamento da Festa da Juventude que se vai realizar no próximo fim-de-semana, na freguesia do Rosário.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, deu as boas noites a todos os presentes na Assembleia Municipal e respondendo ao membro Roberto Oliveira, informou o seguinte:

- Em relação à assinatura das credenciais dos delegados às Mesas de Voto para as Eleições Legislativas, de 5 de Junho de 2011, apresentadas pelo CDS – Partido Popular, não houve por parte da Câmara Municipal, nem isso nunca aconteceu, qualquer discriminação pelo partido, em função da dimensão. A Câmara Municipal utilizou o mesmo princípio que sempre utilizou no passado e previsto na Lei Eleitoral, e após consulta prévia à DROAP – Direcção Regional de Organização e Administração Pública que confirmou a obrigatoriedade do cumprimento da norma.

As credenciais dos delegados às Mesas de Voto foram entregues depois do prazo fixado pela Lei Eleitoral e, por esse motivo não foram assinadas, tal como já aconteceu com o PSD, em outros actos eleitorais. Entretanto o CDS – Partido Popular reclamou para a Comissão Nacional de Eleições. A Comissão Nacional de Eleições comunicou com a Câmara Municipal e informou que tinham recebido uma reclamação por parte do CDS - Partido Popular, contra a Câmara Municipal de Lagoa e que era entendimento daquela Comissão a aceitação das credenciais, em data posterior ao prazo estabelecido na Lei, porque o objectivo principal seria o de haver fiscalização no acto eleitoral. Posteriormente, chegou à Câmara Municipal o

entendimento por escrito da Comissão Nacional de Eleições e foram assinadas as credenciais.

Mais informou que não houve qualquer discriminação, foi adoptado o procedimento que sempre se fez com o objectivo do cumprimento da Lei e este princípio sempre foi válido para todos os partidos políticos. O PS não solicitou credenciais neste acto eleitoral, nem no anterior acto eleitoral. Em sua opinião pessoal, não faz sentido esta fiscalização porque ao adoptar-se este procedimento está-se de alguma forma a pôr em causa a idoneidade das pessoas que estão nas Mesas de Voto e no Concelho de Lagoa os actos eleitorais sempre foram livres e democráticos.

- Em relação às obras do Convento dos Frades agradeceu as palavras do membro Roberto Oliveira, que julga foram sinceras e apropriadas. Obviamente que gostaria de fazer mais obras por administração directa mas existem algumas limitações, tem sido feito um esforço para dar resposta às necessidades e gostariam também de intervir na orla marítima nas freguesias do Rosário e Santa Cruz.

- Sobre o Gabinete da Presidência, referiu que o edifício dos Paços do Concelho será sempre os Paços do Concelho de Lagoa. Informou que entendeu anunciar essa intenção que só será concretizada depois de estarem concluídas as obras no 1º piso, de transferir o Gabinete da Presidência para o Convento dos Frades, que são 4 pessoas, porque era importante nesta fase, para dar destaque e dinamismo àquele espaço e foi uma decisão que será até ao fim deste mandato, o próximo Presidente da Câmara decidirá depois o que fazer. Recebe muitas pessoas no atendimento e em reuniões e julga que era importante dinamizar aquele espaço e foi nessa medida que anunciou essa intenção e os Paços do Concelho continuam a ser neste edifício, onde serão realizadas as reuniões da Câmara Municipal. Mais informou que com as novas tecnologias, mesmo em sua casa, consegue dar despacho nos processos, por via electrónica, sem estar presente no edifício dos Paços do Concelho. Entende que é uma medida importante no sentido de valorizar aquele espaço e dinamizá-lo e foi uma intenção, obviamente que quando essa questão se colocar vai comunicar oficialmente na Câmara e na Assembleia Municipal. É preciso distinguir o anúncio da intenção de uma decisão política e da concretização de um facto.

- Sobre o ponto de situação do processo das casas da Rua de São José, na freguesia da Ribeira Chã, informou que houve uma ronda de apresentação negocial com os proprietários das habitações e na altura ninguém aceitou os valores. Já havia uma avaliação por parte do Governo Regional e a Câmara Municipal voltou a avaliar as casas e considerou-se o valor mais elevado. Ocorreu uma situação que respondeu a dizer que aceitava a proposta e a

maior parte das pessoas referem que estão disponíveis para sair mas querem uma casa na Ribeira Chã e com as mesmas características que as que têm. Houve outros, dois pelo menos, que não aceitam sair daquele local. A Câmara Municipal informou o Governo desta situação e neste momento o Governo já enviou a minuta de um Contrato ARAAL. Opinou que tem algumas reservas em relação ao desfecho desse processo.

Mais informou que há dias recebeu um morador que fez uma outra proposta, para manter ali algumas das moradias e fazer um acesso pelo lado poente das casas e a rua ficaria intransitável. Esta proposta terá de ser estudada e será um processo que vai ser moroso, dado este enquadramento.

- Em relação à Festa da Juventude que se vai realizar no próximo fim-de-semana, na freguesia do Rosário, informou que não é a Câmara Municipal de Lagoa que está a organizar aquele evento.

O membro Durval Faria informou que a Festa da Juventude, na freguesia do Rosário está a ser organizada pela Junta de Freguesia do Rosário.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PERÍODO ORDEM DO DIA:

PONTO Nº 1 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE CAMARÁRIA:

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou para apreciação a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a actividade do Município, bem como a informação da situação financeira, documentos que foram disponibilizados a todos os membros da Assembleia Municipal.

O membro Roberto Oliveira referiu que na Informação das Actividades Desenvolvidas no assunto “Festa de São Pedro Gonçalves decorreu no Porto dos Carneiros” foi referido que as Festas “foram organizadas pelos pescadores da Lagoa, contando igualmente com o apoio da autarquia lagoense” e perguntou ao Senhor Presidente da Câmara qual o apoio atribuído pela Câmara Municipal de Lagoa àquelas Festas.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que a Câmara Municipal apoiou as Festas de São Pedro Gonçalves com o apoio logístico, montagem e desmontagem de barracas e com a iluminação festiva do local das Festas.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PONTO Nº 2 – PROPOSTA – PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DO CONCELHO DE LAGOA:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta sobre o Plano Municipal de Emergência do Concelho de Lagoa – Açores.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que o Plano Municipal de Emergência foi submetido à apreciação pública e algumas das questões levantadas pelos Senhores Vereadores, em reunião Camarária, foram devidamente corrigidas.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que o Plano Municipal de Emergência do Concelho de Lagoa – Açores será remetido para o Serviço Regional de Protecção Civil e aprovado pelo membro do Governo Regional que tutela o sector da Protecção Civil.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com dezoito votos a favor e duas abstenções dos membros Paulo Jorge Borges e Cláudia Galego, dos vinte membros presentes:

1º Concordar e aprovar a proposta do Plano Municipal de Emergência do Concelho de Lagoa – Açores, elaborada nos termos da Resolução nº 25/2008, de 18 de Julho, da Comissão Nacional de Protecção Civil;

2º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

O membro Paulo Jorge Borges deu as boas noites a todos os presentes e apresentou a seguinte declaração de voto de justificação da abstenção. A sua abstenção prende-se com o facto de por razões profissionais e técnicas não se identificar com algumas metodologias que foram empregues e que são empregues noutros Planos Municipais de Emergência e por essa razão se abstém.

PONTO Nº 3 – AFECTAÇÃO DE UM IMÓVEL URBANO INTEGRADO NO DOMÍNIO PRIVADO, PARA O DOMÍNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE LAGOA:

Pela Câmara Municipal foi presente o processo sobre a desafecção de um imóvel urbano, integrado no domínio privado do Município, adquirido em 2 de Maio de 2011, sito na Rua Dr. José Pacheco Vieira nº 17, freguesia de Santa Cruz, Concelho de Lagoa, com a área de 1.420 m², inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 592, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa sob o nº 1564/Santa Cruz, pelo valor de 72.000,00 € (setenta e dois mil euros), o qual se destinou à Correção/Beneficiação do Beco Dr. José Pacheco Vieira, bem como à construção de uma baía de estacionamento, para afectar ao domínio público do Município.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte membros presentes:

1º Aprovar a afectação do referido imóvel urbano, integrado no domínio privado do Município de Lagoa, para o domínio público do Município de Lagoa, nos termos da alínea b) do nº 4 do artigo 53º da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

2º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

PONTO Nº 4 – 2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2011:

Pela Câmara Municipal foi presente a 2ª Revisão ao Orçamento para o ano financeiro de 2011, de acordo com o que preconiza o Decreto – Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, na sua actual redacção, para inclusão da nova rubrica: – 0102 010214 – Outros abonos em numerário ou espécie, no valor de 7.500,00 € (sete mil e quinhentos euros).

O membro Roberto Oliveira questionou se este é o valor que vai custar à Câmara Municipal a Remuneração Complementar.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, confirmou que será aquele valor.

Foi pelo Senhor Presidente da Assembleia posta à votação, a 2ª Revisão ao Orçamento do corrente ano, tendo a Assembleia sobre o referido documento, deliberado, por maioria, com dezanove votos a favor e um voto contra do membro Paulo Jorge Borges, dos vinte membros presentes:

1º Aprovar a 2ª Revisão ao Orçamento do corrente ano, no montante de € 7.500,00 (sete mil e quinhentos euros), de acordo com o que preconiza a alínea b) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro;

2º Rubricar todas as folhas, dispensando a sua transcrição em acta, de acordo com o Decreto-Lei nº 45 362 de 21 de Novembro de 1963, com a nova redacção dada ao artigo 5º pelo Decreto-Lei nº 334/82, de 19 de Agosto;

3º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

O membro Paulo Jorge Borges apresentou a seguinte declaração de voto. A razão do seu voto contra é por coerência com posições que já tomou no passado, sobre este assunto.

PONTO Nº 5 – PROPOSTA – ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE TAXAS E LICENÇAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA – AÇORES:

Foi presente pela Câmara Municipal a proposta de alteração do Regulamento de Taxas e Licenças do Município de Lagoa – Açores que abaixo se transcreve:

“Providenciar a criação e divulgação de outros núcleos museológicos, ou temáticos, de acordo com uma estratégia de valorização e afirmação da diversidade sócio cultural do Concelho, é um propósito desta Câmara Municipal.

Assim sendo, e considerando este objectivo, valorizar o seu património material e imaterial, bem como preservar os testemunhos do passado, solidificando o conhecimento da nossa História e garantindo a sua herança para as gerações futuras, a autarquia vai proceder à abertura pública do Núcleo Museológico – Merceria Central – Casa Tradicional, situado em Água de Pau, na Rua da Praça da República, nº 1-3.

Este imóvel, adquirido pela autarquia, foi objecto de obras de consolidação e musealização, ao nível do piso térreo, o antigo estabelecimento comercial, com o tradicional espaço de taberna contíguo, e, no primeiro andar, a habitação dos respectivos proprietários, José Inácio Vieira Favela e Angelina da Conceição Reis.

Com a musealização da Merceria Central pretende-se recuperar a história da vida do pequeno comércio local. Daí o objectivo em preservar a merceria e a taberna, estabelecimentos que caracterizaram um “modus vivendi” que se manteve até aos finais do séc. XX.

A reutilização desses espaços é importante e a instalação de um “posto de venda” de produtos regionais e artesanais, provenientes, em particular, do Concelho de Lagoa, bem como algumas publicações será um sólido contributo para a dinamização deste novo Núcleo Museológico, prestando-se à comunidade um serviço direccionado para a preservação do património cultural de Água de Pau, e em geral dos Açores, procurando-se assegurar a transmissão da memória e identidade locais, quer através da manutenção das peças em exposição, quer pela promoção de actividades de vária índole.

Assim, e tendo em conta o estatuído nos artigos 1º, 4º, 6º, 7º e 8º da Lei nº 53-E/2006, de 29 de Dezembro, que aprova o Regime Geral de Taxas das Autarquias Locais, proponho a inclusão do artigo 28º, no Regulamento de Taxas e Licenças do Município de Lagoa, que versará sobre a venda de artigos artesanais regionais e publicações neste núcleo museológico, e que terá a seguinte redacção:

Artigo 28º

Venda de Artigos e publicações na Merceria Central – Casa Tradicional

1. Serão disponibilizados na Merceria Central – Casa Tradicional vários artigos artesanais regionais e publicações para venda.
2. As percentagens a cobrar de forma a colmatar as despesas tidas com os encargos administrativos diversos e embalagem dos artigos à venda neste posto são de 20% nos artigos artesanais regionais e publicações.”

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos vinte membros presentes:

1º Aprovar a alteração do Regulamento de Taxas e Licenças do Município de Lagoa – Açores, nos termos da alínea a) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

2º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

PONTO Nº 6 – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE 2010 - ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO:

De acordo com a Lei nº 24/98, de 26 de Maio, que aprovou o Estatuto do Direito de Oposição, foi presente pela Câmara Municipal o Relatório de Avaliação de 2010.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu o período de intervenção ao público, perguntou ao cidadão José Fernando Carneiro Sousa qual o assunto que lhe trouxe a participar nesta sessão e passou-lhe a palavra.

No uso da palavra, o cidadão José Fernando Carneiro Sousa apresentou cumprimentos a todos os presentes e respondeu que o assunto que lhe trouxe a participar nesta sessão da Assembleia Municipal é a “Prevenção e segurança de pessoas e bens”. Expôs e questionou o seguinte:

- Na Rua Estrela D’Alva existe uma rua que está vedada com uma rede e questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal o que é que se passa porque é que aquela rua ainda não abriu ao público?
- Nas últimas eleições e em outras eleições, qualquer partido afixa publicidade dos seus partidos e questionou se antes do acto eleitoral aquela publicidade não deve de ser retirada da via pública?
- Há tempos falou-se nesta Assembleia Municipal sobre as bocas-de-incêndio e questionou se as bocas-de-incêndio, no Concelho de Lagoa já estão a funcionar?
- Todos já sabem a razão da sua presença nas sessões da Assembleia Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou o seguinte:

- A rua perpendicular à Rua Estrela D’Alva está vedada porque pertence a um terreno particular, só quando for integrada no domínio público é que se pode ter acesso. Neste momento faz parte de uma operação de loteamento que ainda não está concluída.

- Em relação à propaganda eleitoral, a Câmara Municipal cumpre a Lei Eleitoral que define o perímetro a partir das Assembleia de Voto onde não é permitida a afixação de publicidade durante o acto eleitoral.

- Sobre as bocas-de-incêndio, o Senhor Vereador Durval Faria foi encarregue de tratar deste assunto e julga que o processo foi bem resolvido.

O cidadão José Fernando Carneiro Sousa, no uso da palavra, referiu que aquela rua está vedada ao público porque é privada e colocou outra situação que ouviu falar, a Câmara Municipal de Lagoa está a pagar uma renda de um sítio que é privado mas que está aberto ao público e serve de parque de estacionamento, na Vila de Água de Pau.

O cidadão José Fernando Carneiro Sousa, referiu ainda que foi um dos melhores negócios que o Senhor Presidente da Câmara Municipal fez porque aquele espaço após um ano de aberto ao público, a Câmara Municipal pode adquiri-lo.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao cidadão Jorge Amaral Borges.

O cidadão Jorge Amaral Borges, no uso da palavra, deu as boas noites a todos os presentes e referiu que já não participava nalgumas sessões e hoje encontrou com satisfação que esta casa, que mereceu uma crítica em tempos, está valorizada pela disposição que assumiu, um bem-haja aos proporcionadores dessa acção.

Em segundo lugar e relacionado com o Património expôs uma palavra de felicitações ao Senhor Presidente da Câmara Municipal pelas obras que fez no Convento dos Frades, embora não concorda com alguns aspectos que lá foram feitos, mas no todo, uma felicitação à Câmara Municipal de Lagoa.

Ainda sobre o Património, referiu que o património é um bem que se deve preservar, recuperar e manter porque representa a história de um povo e de uma Região. Há um monumento no Concelho de Lagoa que representa muito que é a Fábrica do Álcool que, em sua opinião, seria bom manter aquele ex-libris porque durante muito tempo foi um bem económico e social no Concelho de Lagoa. Preservar e conservar o “cano” da fábrica seria um bem. Se o Senhor Presidente concordar seria bom diligenciar para adquirir aquele bem. Por último, referiu o pedido que formulou há mais de um ano, sobre a iluminação do Jardim do Rosário, enquanto encontramos muitos recintos públicos e fronteiros às Igrejas com boa iluminação, o Jardim do Rosário continua ao escuro.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou o seguinte:

- Em relação à intervenção no Convento dos Frades, agradeceu as palavras do Senhor Professor Jorge Amaral Borges e referiu que se pode não concordar com todas as intervenções que foram feitas no Convento dos Frades, de qualquer forma, fizeram na certeza de que estavam a fazer o melhor com os recursos disponíveis. Acrescentou que aquilo que na altura foi polémico teve a ver com as lajetas mas não mereceu, aquando da abertura do Convento dos Frades, quaisquer comentários negativos, muito pelo contrário.

- Sobre a Fábrica do Álcool, informou que está a decorrer o processo de classificação de Interesse Municipal. A Fábrica do Álcool pertence agora a uma Sociedade de capitais públicos e em conversações com a actual Administração, no sentido de se obter algumas peças para a Casa Museu de Água de Pau, essa questão foi abordada. A Administração está preocupada com os custos da manutenção e preservação da chaminé e como é que se mantém aquela estrutura. Julga que se a Câmara Municipal quiser receber aquele equipamento, a Administração cede aquele imóvel. Todo aquele espaço que pertence ao Governo Regional tem um grande potencial e numa próxima reunião com o Senhor Presidente do Governo Regional abordará este assunto e que soluções poderão haver no futuro em relação àquele espaço.

- Não sabe quando a Câmara Municipal vai ter condições para executar o arranjo no Jardim do Rosário e é um assunto que não está esquecido.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

Sem mais assuntos a tratar, sendo vinte e uma horas e trinta minutos, foi dada por encerrada esta sessão pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e para constar foi lavrada a presente acta, que depois de lida e aprovada será assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

O SEGUNDO SECRETÁRIO
